

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RELATÓRIO Nº 1

TJ00290

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RELATÓRIO Nº 1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RELATÓRIO Nº 1

VITÓRIA, DEZEMBRO/1981

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO-CHEFE DA COPLAN

Octávio Luiz Guimarães

DIRETOR SUPERINTENDENTE DO IJSN

Orlando Caliman

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório destina-se a apresentar, de forma sistematizada, as principais ações que deram início ao processo de implantação do Sistema Espírito Santense de Ciência e Tecnologia. As bases embrionárias ocorreram em maio do corrente ano, com a celebração do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Secretaria da Presidência da República, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios - SAREM.

Posteriormente, foi elaborado um levantamento preliminar dos principais problemas e características da Ciência e Tecnologia no Espírito Santo, seguindo-se a realização, no dia 10 de novembro, do 1º Encontro Espírito Santense de Ciência e Tecnologia.

Com vistas a maior integração entre o Sistema Espírito Santense de Ciência e Tecnologia, demais sistemas estaduais e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o grupo encarregado de gerenciar as primeiras ações, no Estado, participou, ainda, do Simpósio de Política Científica e Tecnológica, realizado de 23 a 26 de novembro do corrente, no Centro de Convenções, em Brasília, e do Ciclo de Palestras sobre Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, realizado nos dias 1, 2 e 3 de dezembro do corrente, ambos encontros patrocinados pelo CNPq.

Segue-se, assim, uma descrição concisa das atividades e eventos significativos à consecução dos objetivos propostos.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	6
2. PROTOCOLO DE INTENÇÕES	9
3. CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13
4. 1º ENCONTRO ESPÍRITO SANTENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15
5. CONCLUSÕES	65

A necessidade premente de institucionalização e operacionalização do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia emana, não só das intenções do Governo do Estado em integrar-se aos esforços do Governo Federal, no sentido de implantar efetivamente, bem como de atuar integradamente, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - SNDCT, como traduz a preocupação em adequar às especificidades estaduais as diretrizes e metas propostas pelo III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Reconhece-se o fato de o PBDCT consubstanciar os recursos federais aplicados ao desenvolvimento científico e tecnológico, sem considerar as diretrizes, prioridades e recursos dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, além do setor produtivo nessas áreas. Por isso mesmo que o Governo Federal, através do *Programa de Cooperação Técnica* (SAREM/CNPq), vem prestando aos Estados o apoio a criação e implantação dos Sistemas Estaduais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Assim, pois, as ações contidas nesse Relatório muito bem expressam uma nova etapa, decisiva às aspirações do setor científico e tecnológico, no sentido de traduzir o esforço conjunto dos governos Federal e Estadual, procurando melhor compor a política estadual em ciência e tecnologia e propiciando, assim, maior eficácia ao Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agora sob a égide da descentralização e do aproveitamento de suas diretrizes de acordo com as potencialidades de cada região que compõe o contexto nacional.

Tais intenções procuram fazer frente a um constante decréscimo, em termos reais, dos recursos orçamentários das entidades executoras e financiadoras das áreas científica e tecnológica. Para garantir a continuidade e expansão das atividades de ciência e tecnologia, é política do Governo reforçar as dotações orçamentárias das entidades executoras, assegurando

sua estabilidade financeira e das agências financeiras, permitindo um apoio adequado às suas atividades de fomento.

Por isso mesmo que, um dos principais objetivos do Sistema Espírito Santense de Ciência e Tecnologia, será, efetivamente, dada a amplitude de seu alcance e, principalmente, de suas características multi-setoriais, operar seus instrumentos segundo princípios de ação coordenada, a fim de produzirem efeitos reais sobre a atividade de pesquisa científica e tecnológica. Essa condicionante impõe permanente articulação entre os vários agentes governamentais que intervêm na área.

Ainda nessa óptica, pretende-se melhor adequar o processo de desenvolvimento das atividades de Ciência e Tecnologia, no Estado, aos fatores de desenvolvimento econômico e social, procurando um melhor inter-relacionamento desse com o sistema produtivo, com a sociedade e, principalmente, melhor situá-lo em relação aos órgãos federais e estaduais envolvidos.

Nesse sentido, é importante destacar que tal preocupação transcende as fronteiras estaduais, pois constitui uma superposição de propósitos a todos os sistemas estaduais, qual seja:

- . criar e consolidar uma capacidade regional de pesquisa científica e tecnológica orientada e comprometida com a realidade ambiental das regiões;
- . propiciar, através da ação conjunta, eficiente aproveitamento dos recursos e potencialidades do sistema, tanto no que se refere à otimização das estruturas existentes, como a obtenção dos resultados social, científico e economicamente significativos;
- . aperfeiçoar as relações e intensificar o intercâmbio entre as agências e organismos locais, bem como entre os setores governamentais, privados e acadêmicos, no que se refere à criação e adequação de tecnologias em função das necessidades produtivas e sociais da região;

. utilizar os meios disponíveis para propiciar a compreensão e participação das comunidades no aproveitamento das contribuições da ciência e da tecnologia para a consecução dos objetivos do desenvolvimento regional.

Com efeito, observa-se que o Espírito Santo conta com várias instituições a nível de Governo Estadual que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Todavia, hoje, essas instituições desenvolvem programas de pesquisa isoladamente, contribuindo para a dispersão e sobreposição de esforços e de recursos humanos e materiais.

Significativo, então, foi a realização do 1º Encontro Espírito Santense de Ciência e Tecnologia, no dia 10 de novembro de 1981. Tal encontro serviu para demonstrar aos participantes a necessidade de melhor organizar os esforços em torno de uma política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico, da conjugação de esforços, em prol dos mesmos objetivos, assim como nivelar os conhecimentos sobre atividades e estudos em andamento nas diversas instituições participantes.

Entende-se ser esse o procedimento mais adequado, em função de uma realidade em que suas manifestações muito bem demonstram as especificidades locais, marco inicial que precede inclusive a própria institucionalização do Sistema. Tais procedimentos devem ser precedidos e acompanhados por um trabalho de base, onde as partes integrantes, cientes de seu papel e de sua importância irão ratificar a existência do próprio Sistema.

Paralelamente, a participação no Simpósio de Política Científica e Tecnologia, realizado em Brasília, de 23 a 26 de novembro, bem como no Ciclo de Debates sobre Ciência e Tecnologia, realizado nos dias 1, 2 e 3 de dezembro, também em Brasília, possibilitaram um nivelamento, a respeito da metodologia empregada pelo CNPq, aos Estados da região Centro-Oeste (da qual fez parte o Espírito Santo, para melhor operacionalização) fornecendo as bases para a definição do programa de trabalho e da proposta de formação do Sistema Espírito Santense de Ciência e Tecnologia, que amplia as ações em torno da consecução dos objetivos propostos.

2.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Com a finalidade de subsidiar a implantação do SECT, no Espírito Santo, a SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios - SAREM e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, celebrou, no dia 19 de maio do corrente ano, um Protocolo de Intenções com o Governo do Estado.

Esse Protocolo é decorrência direta do *Programa de Cooperação Técnica* (SAREM/CNPq) aos Estados, que o Governo Federal vem prestando, dando o apoio necessário à criação dos Sistemas Estaduais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tal medida permite que, além de fortalecer a organização das atividades da área de ciência e tecnologia, nos Estados, sob a forma de Sistema, através de Planos Estaduais de Ciência e Tecnologia - PEDCT, venha a compor realmente o Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Já como um dos produtos imediatos da assinatura desse Protocolo, foi possível a assinatura de um Convênio de Cooperação Técnica entre ambos os governos, visando subsidiar, com recursos federais, a implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o Espírito Santo recebeu recursos da ordem de Cr\$ 2 milhões, abrindo possibilidades para que, posteriormente, seja contemplado com parcelas do FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Tais medidas fazem parte das preocupações do Governo Federal para garantir a continuidade e expansão das atividades de ciência e tecnologia, reforçando as dotações orçamentárias das entidades executoras, assegurando sua estabilidade financeira, bem como das agências financeiras, permitindo o apoio adequado às suas atividades de fomento.

Dada a amplitude de seu alcance e, principalmente, de suas características multi-setoriais, tais instrumentos serão operados, segundo princípios de ação coordenada, a fim de produzirem efeitos reais sobre as atividades de pesquisa científica e tecnológica. Essa condicionante impõe a permanente articulação entre os vários agentes governamentais que intervêm na área.

PROCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEPLAN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS E MUNICÍPIOS - SAREM, O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq E O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA QUE SE SEGUE.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, através de sua Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, doravante denominada SAREM, por seu representante neste ato, Dr. JOSÉ FLÁVIO PECORA, Secretário-Geral da SEPLAN, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, representado por seu Presidente, Prof. LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, e o Governo do Estado do Espírito Santo, daqui por diante designado simplesmente ESTADO, através de sua Secretaria de Planejamento, aqui representada pelo seu Titular, Dr. OCTÁVIO LUIZ GUIMARÃES, de conformidade com as seguintes cláusulas e condições, celebram o presente instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO

1.0 - O objetivo deste Protocolo de Intenções é a implantação e o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

CLÁUSULA SEGUNDA - NORMAS DE PROCEDIMENTO

2.0 - Para consecução dos objetivos de que trata a Cláusula Primeira deste instrumento, a SAREM, através de seu Programa de Cooperação Técnica com os Estados, e o CNPq se comprometem a prestar apoio técnico e financeiro ao ESTADO.

2.1.- Compete ao CNPq, de comum acordo com a SAREM, a análise técnica das propostas apresentadas pelo ESTADO, relativas à função Ciência e Tecnologia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICÍPES

3.0 - As responsabilidades dos partícipes deverão ser fixadas pela SAREM e pelo CNPq, de comum acordo com o ESTADO, cabendo a este, sempre que necessário, alocar recursos técnicos e financeiros em contra partida ao apoio recebido.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

4.0 - Este documento, constituindo-se numa carta de intenções, vigorará por prazo indeterminado.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições neste instrumento fixadas, firmam o presente em 03(três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer o seu inteiro teor.

Pela SEPLAN/SAREM

JOSE FLÁVIO PECORA
Secretário-Chefe da SEPLAN

Pelo CNPq

LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Presidente

Pelo ESTADO

OCTÁVIO LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Planejamento

TESTEMUNHAS

1 _____

2 _____

3,

CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Espírito Santo conta com várias instituições a nível de Governo Estadual que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além da Universidade Federal e entidades isoladas.

Todavia, essas instituições desenvolvem seus programas de pesquisa isoladamente, contribuindo para a dispersão e sobreposição de esforços e de recursos humanos e materiais. Há, por parte do Governo Estadual, consciência da necessidade de se estabelecer uma política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico objetivando a racionalização dos esforços desenvolvidos e que promova a integração da ação científica e tecnológica às suas políticas de desenvolvimento de tal forma que seu desenvolvimento atenda não só as peculiaridades locais, como seja capaz de colocar o Espírito Santo no mesmo passo dos demais Estados da Região Sudeste.

Em razão disso, é importante destacar os principais problemas encontrados à operacionalização de atividades na área de ciência e de tecnologia:

- . carência de recursos humanos com capacitação gerencial na área de pesquisa e tecnologia;
- . inexistência de um sistema de informações capaz de gerar as informações do próprio Estado e de fazer circular informações oriundas de outras fontes;
- . carência de coordenação das atividades desenvolvidas na área de pesquisa e de tecnologia de modo a promover o atingimento de um nível de articulação e integração entre as diferentes instituições existentes no Estado e com os demais Sistemas;
- . necessidade de incentivar o conhecimento científico em áreas cujas potencialidades já foram diagnosticadas e identificar outras para posterior canalização de recursos e esforços;

- . necessidade de se conhecer as potencialidades dos recursos humanos e existentes no Estado, detectar carências e promover ações para supri-las.

4. 1º ENCONTRO ESPÍRITO SANTENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em razão dos problemas emergentes, da necessidade de interação das instituições ligadas à ciência e à tecnologia, de busca por melhor adequação dos recursos humanos e materiais existentes e evitando a duplicidade de esforços, procurou-se reunir as diferentes instituições no 1º Encontro Espírito Santense de Ciência e Tecnologia.

A reunião, realizada no dia 10 de novembro do corrente ano, teve o principal objetivo de constituir-se num fórum de debates acerca da problemática científica e tecnológica, motivando, assim, os participantes para a importância da conjugação de esforços à melhor eficácia de atuação setorial.

O encontro, realizado no auditório da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA, contou com a presença de 23 entidades sediadas no Estado, que atuam em atividades de C & T.

Do encontro ficou a necessidade de ratificar novos debates, em caráter mais amplo para que, partindo do governo, que atuará na geração de recursos, passando pelo setor privado, com a tarefa de coordenar a força produtiva; a universidade, na formação dos recursos humanos e fornecimento de seus laboratórios a serviço da sociedade e pesquisadores, além das classes trabalhadoras e outros segmentos, seja melhor integrado as atividades de C & T aos fatores de desenvolvimento.

Após a abertura dos trabalhos, foi feita uma explanação, por cada participante, narrando as principais atividades desenvolvidas por cada órgão representado, no sentido de homogenizar informações e possibilitar um embasamento para novos encontros. O perfil das atividades estão melhor delineados nas páginas seguintes, permitindo, assim, melhor avaliação do que foi exposto.

OBJETIVOS

Definição das Diretrizes Operacionais para Implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

LOCAL

Auditório da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA - TUCUM/Cariacica.

DATA

10 de novembro de 1981

PROGRAMAÇÃO

09:00 horas - Abertura

09:15 horas - Painei

Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia - Equipe do
CNPq

Programa de Cooperação Técnico-Financeira em Ciência e
Tecnologia

Equipe da SAREM

10:00 horas - Exposição de Equipes Locais

12:00 horas - Almoço

14:00 horas - Exposição de Equipes Locais

17:00 horas - Formação da Comissão Estadual para Implantação do Sistema
Estadual de Ciência e Tecnologia

18:00 horas - Encerramento

ÓRGÃOS FEDERAIS PARTICIPANTES:

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SAREM - Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios

ÓRGÃOS ESTADUAIS PARTICIPANTES:

COPLAN - Coordenação Estadual do Planejamento
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves
SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo
EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
EMESPE - Empresa Espírito-santense de Pecuária
ICEPA - Instituto de Coordenação de Planejamento Agrícola
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira
SUDHEVEA - Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SEIC - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio
CEAG - Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SEBS - Secretaria de Estado de Bem-Estar Social
SESA - Secretaria de Estado da Saúde
COHAB - Cooperativa Habitacional do Espírito Santo
INOCOOPEs - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo
CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento
CEE - Comissão Estadual de Energia
PRODEST - Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo
DFA - Delegacia Federal da Agricultura

OUTROS ÓRGÃOS

IBC - Instituto Brasileiro do Café
IDEIS - Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo
BNH - Banco Nacional da Habitação

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
FAES - Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
ARACRUZ CELULOSE
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
FINDES - Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
CST - Companhia Siderúrgica do Tubarão
CAUFES - Alegre
IAA - Planalsucar

- ABERTURA DOS TRABALHOS:

Palavras do Exmo. Sr. Secretário-Chefe da Coordenação Estadual do Planejamento, Dr. OCTÁVIO LUIZ GUIMARÃES.

"Ao assumir a Coordenação Estadual de Planejamento, deparei-me com uma rotina que chamou, imediatamente, a minha atenção: a figura do Consultor Externo.

Prontamente, cobrei os produtos de programas e de projetos sob consultoria; procurei identificar as equipes locais e, qual não foi minha surpresa com as respostas de que os consultores estavam elaborando os projetos ou programas em suas sedes, muitas das vezes em distância injustificadas.

Evidentemente reagi, porquanto só entendo consultoria como um condicionante, que é a transferência de conhecimento através da participação coletiva e integrada de toda a equipe, meio informal de aprendizado e atualização dos elaboradores e formuladores de projetos; que devem ser as equipes locais.

Quase imediatamente rescindi todos os contratos e, então, com surpresa para muitos, menos para mim, podemos ver os projetos, antes em ritmo de morado, seguirem melhores caminhos e terem suas diversas fases concluídas

em tempo hábil. O exemplo está nos programas CPM, PRONOROESTE, Assistência Técnica e Financeira às Municipalidades e em outros projetos desenvolvidos pela COPLAN e pelo Instituto Jones dos Santos Neves.

Os exemplos e o desabafo servem para o presente momento. A inexistência de um Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico tolhe o Espírito Santo de sua capacidade criativa; obriga-nos a uma dependência e a uma subordinação aos interesses exógenos que, nem sempre, ou melhor, nunca, coincidem com os nossos próprios interesses e, evidentemente, limita as perspectivas de nosso próprio desenvolvimento, que deve ser baseado nos alicerces de nossas potencialidades pessoais e materiais, criando os meios necessários para nossa própria organização social, permitindo uma melhor distribuição de renda e determinando um processo de desenvolvimento harmônico, que corresponda ao que a nossa sociedade quer e almeja, sem prejuízo de uma necessária integração com os centros mais evoluídos.

Como já é do conhecimento de todos, o objetivo desse Encontro é o de definir as Diretrizes Operacionais para Implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Trata-se de mais um importante passo no sentido de consolidar o protocolo de intenções celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - através da SAREM e do CNPq - e o Estado do Espírito Santo, celebrado em maio do corrente ano.

É importante destacar que o Espírito Santo é o primeiro Estado, da região Sudeste, a gestionar, junto aos órgãos que atuam em Ciência e Tecnologia, a institucionalização de um Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, devidamente compatibilizado com as metas e objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A idéia de se formar um Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico deriva da tentativa de reunir os órgãos participantes nesse encontro, no sentido de racionalizar a aplicação de recursos, assim como a integração de esforços junto a outros Sistemas.

Nesse sentido, é importante destacar que a desarticulação operacional entre as diversas instituições que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, algumas delas constituindo-se em entidades isoladas, acaba por sobrepor esforços, contribuindo para a dispersão e sobreposição de recursos humanos e materiais. É bom destacar que os reflexos dessa desunião são notórios, uma vez que os problemas mais comuns são carência de recursos humanos, a falta de capacidade gerencial na área de pesquisa e tecnologia; a inexistência de um sistema de informações capaz de gerar informações sobre os avanços alcançados no próprio Estado ou oriundas de outras fontes; a falta de coordenação de atividades de forma a promover um nível adequado de articulação e integração dentre as diferentes instituições existentes no Espírito Santo e os de mais sistemas; a falta de recursos que venham a identificar e promover potencialidades já diagnosticadas, assim como a identificação de outras e, por último, a falta de um esforço organizado e contínuo, capaz de detectar carências e promover ações para supri-las.

Nossa proposta é de união das instituições aqui presentes, em busca da integração científica e tecnológica capaz de gerar um novo impulso no processo de desenvolvimento do Espírito Santo, retirando-o da posição caudatória que ocupa em relação aos demais estados da região Sudeste.

Espera-se que, do encontro de hoje, surjam contribuições em torno de uma proposta para elaboração de um programa conjunto de Ciência e Tecnologia, envolvendo todas as instituições aqui presentes. Com esse objetivo, propomos o exame das propostas encaminhadas pelo CNPq e distribuídas anteriormente aos participantes, assim como das informações trazidas pessoalmente pelos senhores.

A estruturação do sistema proposto fundamenta-se na composição dos seguintes subsistemas: de Conselho, de Planejamento e Programação; de Apoio, de Execução e de Utilização.

Como primeira etapa, é importante destacar a necessidade de diagnosticar a infra-estrutura de ciência e tecnologia disponível no Estado e a caracterização dos subsistemas, principalmente do Conselho Deliberativo

Superior e o de Planejamento e Programação, verificando o que, gradativamente ou de imediato, deve ser reformulado ou criado, face aos conceitos e parâmetros propostos.

Por isso mesmo que esses aspectos compõem a pauta de assuntos de hoje,esperando-se, com isso, que cada equipe participante faça um relato de suas atividades, ainda que de forma objetiva e concisa, iniciando-se assim a integração proposta.

Espero que essa reunião seja o marco inicial de uma nova fase para a pesquisa no Espírito Santo. O apoio da SAREM/CNPq será fundamental para os nossos propositos".

SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DO REPRESENTANTE DO CNPq, DR. MURILLO ALBUQUERQUE, POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS TRABALHOS:

Falando de improviso, o Dr. Murilo Albuquerque deu prosseguimento aos trabalhos de abertura do Encontro. Abrindo a exposição, destacou o interesse daquele órgão em co-patrocinar a implantação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Espírito Santo. Fazendo, em seguida, um breve relato da evolução do CNPq, destacou que, ao ser criado, em 1951, o órgão tinha, como principal objetivo, a definição da política de desenvolvimento nuclear. Tal fato, lembrou, estava inter-relacionado aos interesses dos países da ala ocidental em desencadear estudos na área militar, num período pós-guerra, subsequente a eclosão da bomba de Hiroshima.

As atividades do CNPq, segundo relata, passaram, com o tempo, a diversificar, voltando-se para áreas produtivas da sociedade, notadamente a agricultura. Nos anos 60, o CNPq, a par do ritmo de desenvolvimento brasileiro, em processo, passou a atuar mais decisivamente junto ao setor produtivo. Nos anos 70, aumentou ainda mais a sua atuação junto

às áreas privadas, exercitando um processo de desenvolvimento científico e tecnológico, treinando recursos humanos, através de um programa de bolsas, assumindo responsabilidades junto as pesquisas na área amazônica, entre outras.

Prosseguindo em sua exposição, disse que, em razão disso, o CNPq assume uma nova postura, dando base mais amplas às suas decisões, convertendo-se num forum de debates em Ciência e Tecnologia, procurando melhor interação ao processo produtivo, reconhecidamente divorciado, até então. Em 1975, o órgão vincula-se a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, passando a assessorar o Presidente da República na fixação de Políticas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, passando a coordenar programas de pequenas empresas que, atemorizadas com o crescimento das empresas multinacionais, procuram concorrer em igualdade de condições. Nessa fase, o CNPq presta assistência a mais de 150 empresas nacionais, na compra de bens de capital, dando suporte à área de siderurgia, tecelagem e outras.

Segundo explicou, o desencadeamento do processo de mudanças, ocorrido no início do Governo Figueredo, com a relocação do BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para a área de Indústria e Comércio, obrigou a recomposição do órgão, em busca de maior dinamicidade, notadamente após a perda da autonomia financeira. Assumindo a pasta do Planejamento, o Ministro Delfim Neto determinou novas atribuições ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, integrado por 16 ministérios e instituições de desenvolvimento científico e tecnológico, que passou a absorver cerca de 1,6% do orçamento nacional. Entretanto, como nova diretriz a ser adotada, ratificava-se a necessidade de racionalização das ações do processo científico e tecnológico, que deveria estreitar mais seus laços ao processo de desenvolvimento.

Com isso, segundo ele, o CNPq passou a buscar uma coordenação integrada e sinérgica, implantando, em cada Ministério, uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, no que tange aos objetivos propostos. Mais recentemente, partindo do pressuposto de que o Brasil é uma unidade federativa, pas

sou-se, também, a ratificar a necessidade de os Estados participarem mais ativamente do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma vez que, no Brasil, existem apenas três Estados que possuem Secretarias a nível de Ciência e Tecnologia, ficando, nos demais, as atividades restritas a órgãos setoriais específicos.

Assim, tal fato dá margem à duplicidade de esforços, principalmente pela existência de órgãos federais e estaduais que acabam por evitar esforços diferentes com a obtenção de resultados semelhantes. Com isso, torna-se difícil diagnosticar ações no setor que, paralelamente, acaba por gerar descompassos entre a atuação de órgãos federais nos Estados e as políticas desses mesmos Estados.

Por isso mesmo que defendeu a realização de sucessivos foruns de debates, criando uma verdadeira caixa de ressonância capaz de racionalizar as ações no campo da ciência e da tecnologia. Procurando subsidiar essas discussões, lembrou os esforços do CPNq, principalmente vindo a subsidiar a pauta de assuntos através da distribuição de um volume com concepções e filosofias à criação dos sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, vindo a integrar os esforços em torno das ações, despidendo-se de qualquer imposição sobre linhas a serem adotadas. Nesse sentido, a única preocupação do CNPq reside no fato de homogenizar os esforços a nível nacional, em prol das potencialidades regionais, em torno das iniciativas de cada Estado.

Para tanto, lembrou que, antecedendo às discussões, os Estados já vêm paulatinamente reduzindo as dotações orçamentárias para a ciência e a tecnologia, o que prova a falta de conjugação de esforços. Para ele, Estados como Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo vêm apresentando uma curva descendente mas que, no entanto, ainda são significativas as mobilizações financeiras para o setor. No tocante aos recursos, informou que o Espírito Santo já investiu, nos últimos três anos, cerca de Cr\$ 351,5 milhões em pesquisas tecnológicas, estando com uma previsão de Cr\$ 11 milhões a serem aplicados no decorrer do ano.

Falando sobre a criação dos Sistemas, afirmou que a idéia não consiste em criar mais um organismo burocrático ou novos órgãos ligados à estrutura governamental, mas, sim, aproveitar os que já atuam no setor, para o fortalecimento da força produtiva, pelo desenvolvimento de sua própria capacidade científica e tecnológica.

Lembrando os exemplos de Estados onde já se acham implantados os Sistemas Estaduais, como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Paraíba, Bahia e Sergipe, enfatizou a importância da participação dos diversos segmentos da sociedade, através de discussões para a busca de uma filosofia de trabalho que se enquadre a cada realidade. Assim, defendeu a participação do Governo, que atuaria na geração de recursos, passando pelo setor privado, com a tarefa de coordenar a força produtiva, a universidade, na formação de recursos humanos e fornecimento de laboratórios a serviço da sociedade, e pesquisadores, além das classes trabalhadoras e outros segmentos, a critério da Comissão Deliberativa.

Finalizando, fez explanação sobre a concepção proposta pelo CNPq para a criação e operacionalização dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, explicando, detalhadamente, cada um de seus componentes.

EXPOSIÇÃO DE PARTICIPANTES

CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

I - CONSTITUIÇÃO E CAMPO DE ATUAÇÃO

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN é uma empresa de economia mista, criada através da lei nº 2282 de 08/02/67, alterada pela nº 2295 de 13/07/67 e regulamentada pelo decreto nº 2275 de 11/09/67, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada à Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes.

Os objetivos básicos da empresa são os seguintes:

- a) Planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar industrialmente, serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários;
- b) Promover investigações, pesquisas, levantamentos, estudos relacionados com projetos de serviços de água e esgotos;
- c) Exercer quaisquer outras atividades de aperfeiçoamento da operação e manutenção dos serviços;
- d) Cumprir, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a política nacional do setor de saneamento básico, consubstanciada no Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, o qual possui como órgão central e normativo, o Banco Nacional da Habitação - BNH, através do Sistema Financeiro do Saneamento - SFS;
- e) Arrecadar as tarifas e outras importâncias, devidas pela prestação de seus serviços;
- f) Prestar serviços técnicos e industriais, remunerados, ligados ao seu objetivo principal.

A estrutura organizacional da CESAN, em consonância com suas finalidades e características técnicas, é a seguinte:

1) Órgãos Deliberativos:

- . Assembléia Geral
- . Conselho de Administração
- . Conselho Fiscal
- . Diretoria

2) Órgãos Executivos Diretivos:

- . Presidência
- . Diretoria de Administração
- . Diretoria de Produção

3) Órgãos de Assessoramento e Auditoragem:

- . Assessorias e Auditoria vinculadas às Diretorias

4) Órgãos de Execução

- . Superintendências, Departamentos, Divisões, Serviços, Seções e Es
critórios Locais.

II - OUTRAS INFORMAÇÕES

- Capital Social: 725.828.103,00

- Número de Empregados: Nível Superior:	84
(Dez/81)	
Nível Médio:	362
Outros:	652

- Número de Economias atendidas com água (dez/81): 175.431

- Número de Economias atendidas com esgoto (dez/81): 15.786

- População atendida com água (dez/81): 753.042

- População atendida com esgoto (dez/81): 45.636

- Investimentos programados para 1982: Cr\$ 10.000.000.000,00

- Número de localidades atendidas (dez/81): 39
- Número de sedes municipais atendidas (dez/81): 33

III - ESQUEMA TARIFÁRIO

De acordo com a Lei Federal nº 6528, regulamentada pelo decreto nº 82.587, de 06.11.78, as empresas estaduais de saneamento atuam de acordo com o regime de serviço pelo custo, com a remuneração do investimento reconhecido fixada com teto máximo de 12%. A expressão a seguir demonstra o esquema adotado:

$$CS = DEX + DPA + IR$$

CS = Custo de Serviço

DEX = Despesas de Exploração

DPA = Depreciação e Provisão para Devedores Duvidosos

IR = Remuneração do Investimento Reconhecido

Conforme se observa, sendo a CESAN uma empresa de prestação de serviços públicos, e a tarifa cobrada aos usuários depende de seus custos, a política fundamental da companhia é a de prestar eficientemente seus serviços, procurando a minimização dos custos.

IV - ATUAÇÃO DA EMPRESA NO CAMPO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conforme se depreende, as Companhias Estaduais de Saneamento integrados ao PLANASA, atuam no processo de desenvolvimento em todos os fatores envolvidos, quais sejam: Sistema Produtivo, Governo e Sociedade.

A empresa se insere em todo o esquema de C.T. haja visto que ela desenvolve, produz e se utiliza do desenvolvimento tecnológico para prestar, cada vez melhor, seus serviços à sociedade.

EMATER - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ES
PÍRITO SANTO

FUNÇÃO:

Planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Espírito Santo.

OBJETIVOS:

Participar no aumento da produção e produtividade da agricultura visando o aumento da renda do produtor e concorrer para melhorar seus níveis de bem estar através da transferência de tecnologia agropecuária e gerencial.

CONTRIBUIÇÕES PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS:

- Transferir tecnologia agropecuária gerenciais;
- Interiorizar políticas agrícolas existentes;
- Apoiar e executar programas de educação em saúde e nutrição;
- Reforçar ou promover formas de organização da população rural;
- Colaborar na eliminação de serviços que impedem ou limitam o processo de desenvolvimento rural;
- Contribuir para fixação da mão-de-obra no meio rural.

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A EMATER-ES atende a todo Estado do Espírito Santo, tendo 51 Escritórios Locais, 04 Regionais e 01 Escritório Central.

FORÇA DE TRABALHO:

A EMATER-ES contou em 1980 com 399 funcionários para execução de seu programa de trabalho.

DISCRIMINAÇÃO	ESCRITÓRIO CENTRAL	ESCRITÓRIOS REGIONAIS	ESCRITÓRIOS LOCAIS	TOTAL
PESSOAL TÉCNICO	30	16	184	230
. Nível Superior	29	16	75	120
. Nível Médio	01	-	109	110
ADMINISTRATIVO	82	15	72	169
. Nível Superior	05	-	-	05
. Outros Níveis	77	15	72	164
TOTAL	112	31	256	399

EMCAPA - EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

A EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária, sediada em Tucum, Município de Cariacica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, integra-se ao Sistema Nacional de Pesquisa coordenado pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

A força operacional da Empresa é representada por nove Fazendas Experimentais, seis laboratórios, uma unidade de beneficiamento de sementes, duas câmaras de conservação de batatas-semente, duas câmaras secas e duas casas de vegetação.

Estrategicamente distribuídas, as Fazendas estão situadas nos seguintes municípios: Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Linhares, Santa Leopoldina e Viana, onde se localizam duas. As Fazendas são utilizadas para a geração e o desenvolvimento a nível estadual, de novos conhecimentos e novas técnicas de produção agropecuária.

Em Tucum, Cariacica, encontram-se os laboratórios de análise de sementes, de solos, e os laboratórios de Entomologia e de Fitopatologia. Também ali se acham uma Câmara de Conservação de Batatas-Semente, uma Câmara Seca e duas Casas de Vegetação, sendo estas últimas utilizadas na condução de pesquisas que exigem controle de temperatura, luminosidade e umidade. Os laboratórios de Ácido Cianídrico e de Análise Foliar situam-se respectivamente, nas Fazendas Experimentais de Linhares e de Conceição do Castelo. A Fazenda Experimental de Linhares conta, também, com a Unidade de Beneficiamento de Sementes e uma Câmara Seca. Uma outra Câmara Seca situa-se na Fazenda Experimental de Domingos Martins.

A Empresa realiza trabalhos de pesquisa com abacaxi, arroz, banana, batata, bovinos, climatologia, entomologia, feijão, fitopatologia, fruteiras diversas, mandioca, milho, olerícolas diversas, pimenta-do-reino, seringueira e suínos.

Visando a geração de tecnologias adequadas à exploração agropecuária no Espírito Santo, a EMCAPA desenvolveu trabalhos que já alcançaram resultados altamente positivos para os agricultores, destacando-se os seguintes:

- a) Indicação de medidas de controle da fusariose do abacaxizeiro, permitindo a redução da incidência da doença a baixos níveis (de 1 a 8%) e indicação de produtos para o controle de açúcar do abacaxi;
- b) Indicação da cultura de feijão RIO TIBAGI;
- c) Avaliação de cultivadores de mandioca para a indústria e determinação dos espaçamentos mais adequados;
- d) Indicação de cultivares de alho e batata promissoras para determinadas regiões do Estado e seleção dos herbicidas mais eficientes para controle das plantas daninhas a estas culturas;
- e) Avaliação de cultivares de batata para as regiões serranas do Estado;
- f) Recomendação de cultivares de milho.

A EMCAPA desenvolveu, ainda, no Ano Agrícola de 1981 (1º semestre), as seguintes atividades de apoio:

- a) Produção de sementes básicas e fiscalizadas (feijão, arroz e milho);
- b) Produção de mudas de seringueiras e citrus;
- c) Análises laboratoriais de: fertilidade e física do solo, e análise de sementes.

Para a consecução das suas finalidades básicas, a EMCAPA dispõe de uma Diretoria Executiva, constituída por um Diretor Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo, auxiliada por um Quadro de Pessoal Técnico-Científico, assim composto:

- a) Pesquisadores com grau de Mestre: 29
- b) Pesquisadores Graduados: 29
- c) Técnicos Agrícolas: 28
- d) Apoio Técnico, inclusive Operários Rurais: 277
- e) Apoio Administrativo: 40

Especial cuidado é dispensado pela EMCAPA, ao aperfeiçoamento constante de seu pessoal técnico e administrativo, principalmente através de cursos específicos de curta ou longa duração, que objetivam um aprimoramento mais amplo e adequado às mudanças que promovem o desenvolvimento.

EMESPE - EMPRESA ESPÍRITO SANTENSE DE PECUÁRIA

A criação da Empresa Espírito-Santense de Pecuária - EMESPE, foi outorgada pela Lei Estadual nº 2.851, de 07 de janeiro de 1974, consubstanciando-se mediante o Decreto nº 544-N, de 31 de julho de 1974, que aprovou seu primeiro Estatuto.

Dentro de uma abrangência total, a EMESPE tem como objetivo principal o repasse de tecnologias alternativas para o setor pecuário, garantindo-lhe o desenvolvimento necessário às vocações e expectativas próprias de cada região.

Para esse atingimento ela conta com a integração com o Ministério da Agricultura, através de seus órgãos de ação a nível nacional e estadual. Integra-se também com as Prefeituras e Cooperativas, mediante convênios de prestação de serviços aos pecuaristas regionais.

A sua área de atuação no Espírito Santo não se superpõe a de outros órgãos que atuam no meio rural.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Articula-se a EMESPE com organismos de todos os níveis, nacionais, internacionais, particulares e oficiais, visando um intercâmbio perfeito, que concorra favoravelmente para o melhor cumprimento de sua programação.

NACIONAIS

- . Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária (SNAD)
- . Secretaria de Produção Agropecuária (SPA)
- . Secretaria de Defesa Sanitária Animal (SDSA)
- . Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
- . Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
- . Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA)
- . Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)

INTERNACIONAL

- . Centro Panamericano de Febre Aftosa (CPFA)

OFICIAIS

- . Delegacia Federal do Ministério da Agricultura (DFA)
- . Serviços de Saúde Animal dos Estados (SERSA)
- . Serviços de Acompanhamento da Política de Produção (SEAPRO)
- . Serviços de Inspeção de Produto Animal (SERPA)
- . Centro Agropecuário da Universidade Federal do Espírito Santo
- . Escolas Agrícolas Estaduais
- . Prefeituras Municipais
- . Órgãos Congêneres dos Estados
- . Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte)
- . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- . FUNDENOR em Campos
- . Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES)

PARTICULARES

- . Sindicatos Rurais
- . Cooperativas Leiteiras
- . FRIMACAL - Cariacica
- . FRISA - Colatina
- . PALOMA - Cariacica
- . Laboratório Tortuga - São Paulo
- . Laboratório Cooper - São Paulo
- . Laboratório Pfizer - São Paulo
- . TOURAMPOLA - Lagedão-BA
- . Cabana da Ponte - Itororó-BA
- . CIAVAL - Vassouras-RJ
- . Lagoa da Serra - Sertãozinho-SP

ESTRUTURA DE APOIO DA EMESPE

A Empresa Espírito-Santense de Pecuária tem sua sede Central instalada em prédio próprio, à Rua Raymundo Nonato, nº 135 - Forte São João - Vitória.

Possui, a nível central uma estrutura administrativa que serve de apoio ao desenvolvimento de suas atribuições.

Também, conta para a operacionalização de seus programas de trabalho com uma estrutura organo-funcional (a nível de campo), composta por 04 (quatro) escritórios de Área, 13 (treze) escritórios de Sub-área e 06 (seis) Sub-Escritórios locais, satisfatoriamente equipados com os recursos imprescindíveis ao fim a que se propõe.

Ainda, a nível central, dispõe a EMESPE de um órgão de apoio técnico científico, que é o Instituto Biológico, situado na Fazenda Sant'Ana, em Itacibã, Cariacica. Responsabiliza-se pelas provas e diagnósticos laboratoriais, bem como, pelo fabrico de antígenos e imunígenos necessários aos trabalhos de campo.

Conta, ainda, a EMESPE com uma base física, em São Mateus, que se chama Posto Zootécnico, onde se encontram os semoventes da Empresa, que servem aos planos de melhoramento genético e análise de comportamento, bem como, obtenção de resultados econômicos advindos com a referida exploração pecuária.

ATIVIDADE NA ÁREA TÉCNICA

A Empresa Espírito-Santense de Pecuária, desde sua implantação, sempre pautou seus programas de ação numa integração perfeita com o Ministério da Agricultura, obedecendo-se as diretrizes básicas emana das dos governos Federal e Estadual, por ocasião da elaboração dos respectivos Planos Operativos dos projetos a serem executados.

Os programas de trabalho em desenvolvimento nas diferentes áreas de ação, objetivam alcançar resultados em curto, médio e longo prazos, predominando-se as duas últimas situações.

As atividades da EMESPE estão sempre ligadas a atendimentos aos pecuaristas, em suas necessidades básicas diretas ou de apoio, bem como, desenvolver uma consciência ruralista, disputando-se os trabalhos existentes no próprio meio, formando mão-de-obra específica e propondo a fixação do homem no campo.

Qualquer que seja a atividade desenvolvida ela se insere em um dos três programas maiores: Defesa e Vigilância Zoossanitária, Produção Animal e Promoção Animal.

Dentre os programas em desenvolvimento, destacam-se os de Defesa e Vigilância Zoossanitária, Combate a Aftosa, a Brucelose, a Raiva dos Herbívoros, Peste Suína e Melhoramento Zootécnico de Suinocultura, Anemia Infecciosa Equina, Doenças das Aves, Doenças Parasitárias e Carenciais, Vacinação e outras.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Criado como Fundação, pelo Decreto 831-N, de 7 de maio de 1976 e transformado em Instituto Jones dos Santos Neves pelo Decreto 1469-N, de 27 de outubro de 1980, o órgão vem centrando suas ações na área de planejamento urbano e regional. Seus principais objetivos são:

- a) Programar e implementar pesquisas que subsidiem um melhor equacionamento dos problemas econômicos e sociais fornecendo suporte técnico ao Governo Estadual na elaboração de seus programas de desenvolvimento;
- b) Formular diagnóstico, realizar estudos e promover a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano e regional, auxiliando a ação da Secretaria de Estado de Planejamento;
- c) Auxiliar sempre que solicitada, a ação de articulação das atividades estaduais, de interesses dos municípios desenvolvida pela SEPLAN/ES;
- d) Manter um sistema de informações sócio-econômicos na área de sua atuação;
- e) Formar recursos humanos voltados para o estudo e a pesquisa aplicadas a realidade capixaba.

Para a realização de seus objetivos compete ao IJSN:

- 1) Estimular, apoiar, manter ou participar de instituições que se destinem à execução dos seus objetivos integrando-as em seu esquema operativo sob a forma que for mais adequada;
- 2) Manter permanente integração com entidades públicas ou privadas que tenham correlação com sua área de atuação;
- 3) Estabelecer convênios com órgãos públicos e com entidades privadas, podendo, ainda, contratar a prestação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas

Nesse sentido na área de desenvolvimento urbano, norteia seus estudos no planejamento físico-espacial, na área de transporte, legislação urbana e demais setores que interpretam os fenômenos urbanos.

Na área de planejamento regional, procura o aproveitamento das potencialidades existentes, a partir das manifestações sócio-econômicas regionais.

PRODEST - EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Criada em 1970 para atender a Administração Direta e Indireta do Estado na área de processamento de dados.

Conta atualmente com 3 (três) computadores, sendo 1 (um) de grande porte (BURROUGHS B-6700) e dois de pequeno porte (UNIVAC 9300).

Os computadores de pequeno porte estão sendo gradativamente desativados na medida em que os sistemas são convertidos para o B-6700.

Dispõe de equipe técnica própria para o desenvolvimento de novos sistemas e para manutenção dos sistemas em operação.

Possui terminais de teleprocessamento instalados em clientes, para melhor atendimento e também em sua sede para atender a equipe técnica.

Permite o desenvolvimento de sistemas pelos clientes, quando esses possuem equipes para tal, colocando horas de máquinas e dando toda assistência técnica até a entrega do sistema para o setor de operação.

Contribui com o mercado de Processamento de Dados, na formação de mão-de-obra especializada, através de estágios nas áreas de programação e operação.

INSTITUTO CEPA

Alguns estudos e pesquisas de interesse do setor agrícola do Espírito Santo:

- . Nível de perdas de produtos hortigranjeiros pós colheita;
- . Determinação de perdas físicas em armazenamento de grãos a nível de propriedade;
- . Custos e margens de comercialização dos principais produtor hortigranjeiros;
- . Identificação de regiões potenciais para produção hortigranjeira, considerando mercado consumidor e vantagens comparativas;
- . Estrutura de produção e comercialização de produtos alimentares do Espírito Santo;
- . Estudo sobre a demanda estadual por produto agropecuário e a demanda da Grande Vitória por produto hortigranjeiro;
- . Pesquisa para estimar as safras agrícolas do Espírito Santo;
- . Levantamento aerofotogramétrico da cobertura vegetal dos solos capixabas;
- . Custo de beneficiamento e transporte de leite na bacia leiteira do Espírito Santo;
- . Combinação de atividades agrícolas para as áreas dos vales úmidos recuperados;
- . Viabilidade de soerguimento de indústria de beneficiamento de abacaxi no Espírito Santo;
- . Levantamento das pequenas indústrias de farinha no Espírito Santo e estudo visando melhorar sua eficiência;
- . Importância da parceria ou meiação na lavoura cafeeira do Espírito Santo, tendo em vista a disponibilidade de mão-de-obra;
- . Dimensionamento e localização da força de trabalho considerada temporária na agricultura do Espírito Santo;

- . Capacidade de absorção de mão-de-obra no setor agrícola;
- . Possibilidade de substituição do fator mão-de-obra pelo fator capital na agricultura capixaba;
- . Parâmetros econômicos e sociais que levam à migração rural-urbana;
- . Avaliação de agrovilas como instrumento de fixação de mão-de-obra rural;
- . Identificação de fatores econômicos e sociais responsáveis pelo desenvolvimento de comunidades dinâmicas, tipo Venda Nova e Santa Maria de Jetibá;
- . Conceituação do pequeno produtor do Espírito Santo;
- . Estudo sobre o perfil de renda do pequeno produtor e sua concepção de lucro associado ao risco;
- . Sistemas produtivos alternativos para os pequenos produtores, por mesorregião;
- . Pesquisa sobre a capacidade instalada e volume de venda dos equipamentos de abastecimento da região periférica da Grande Vitória.
- . Custo de alimentação em Vitória - Espírito Santo;
- . Cálculo dos Índices de paridades entre a agricultura e os outros setores da economia;
- . Levantamento das deficiências minerais das pastagens do Espírito Santo;
- . Estudo sobre a viabilidade de implantação de agro-indústrias caseiras;
- . Verificação das possibilidades de expansão da fronteira agrícola intra-propriedade.

OBJETIVOS

O objetivo do INSTITUTO CEPA, é a coordenação de planejamento agrícola estadual, e, em especial, as seguintes atribuições:

- . Realizar estudos sócio-econômicos de interesse do planejamento agrícola;

- . Realizar diagnósticos integrais da atividade agropecuária do Estado;
- . Formular alternativas de política agrícola para o Estado, que servirão de base para a tomada de decisões pelos órgãos do setor público agrícola;
- . Articular-se com os órgãos estaduais que atuam no setor agrícola, com vistas à compatibilização dos planos e programas de desenvolvimento setorial;
- . Elaborar planos, programas e projetos consistentes com a política global de desenvolvimento do Estado e com as diretrizes setoriais estabelecidas pelos órgãos centrais do sistema estadual de planejamento e do sistema nacional de planejamento agrícola;
- . Participar e assessorar a elaboração dos orçamentos-programas e planos operativos da Secretaria de Estado da Agricultura e seus órgãos da Administração direta e indireta;
- . Participar do acompanhamento conjuntural das atividades agrícolas, objetivando uma análise crítica e proposição de alternativas de ações governamentais, em tempo hábil, que facilitem o desempenho daquelas atividades;
- . Participar do acompanhamento e da avaliação da execução dos planos e programas do setor público agrícola, com vistas ao atendimento da política emanada da Secretaria de Estado da Agricultura;
- . Prestar assessoramento técnico aos órgãos do sistema agrícola estadual bem como às autoridades governamentais, na tomada de decisões sobre política agrícola;
- . Participar de estudos necessários à modernização administrativa dos órgãos estaduais do setor agrícola;
- . Promover a execução de programas de formação e desenvolvimento de recursos humanos na área de planejamento agrícola;
- . Sistematizar e implementar informações de interesse do setor agrícola, inclusive aquelas sobre o mercado agrícola;
- . Participar na área de assessoramento de Política Agrícola ao Secretário de Estado da Agricultura; e

- . Desempenhar outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 1981

As atividades desenvolvidas pelo Instituto CEPA se dão através de quatro áreas: Área de Estudos; Área de Programação, Orçamento e Avaliação; Área de Acompanhamento e Análise Conjuntural e Área de Informação e Estatística.

ÁREA DE ESTUDOS

Responsável pela realização de estudos, diagnósticos e pesquisas, necessárias à formulação de políticas, estratégias, planos e programas que visem o desenvolvimento da agropecuária estadual. Durante este exercício são desenvolvidas as seguintes atividades:

- . Diagnóstico da cultura da pimenta-do-reino;
- . Diagnóstico da situação econômico-financeira da COFAL;
- . Pesquisa de previsão de safras;
- . Análise de desempenho dos últimos 10 anos da Agricultura do Espírito Santo e possibilidades de expansão da produção agropecuária estadual.

ÁREA DE PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete a formulação de políticas, diretrizes e estratégias, bem como a elaboração de planos, programas e projetos para o setor e seu respectivo acompanhamento. Também, nesta área, se inserem as atividades voltadas para a elaboração do Orçamento Programa da SEAG e órgãos vinculados. Para este ano, estão previstos os seguintes trabalhos:

- . Projeto CPM/BIRD-CNDU *Abastecimento Alimentar da Grande Vitória*;
- . Projeto CPM/BIRD-CNDU *Apoio à Pesca Artesanal*;
- . Programa de Aplicações Seletivas - PROASE; (Proposta para efeito de alocação de recursos de crédito rural);

- . Programa de Aproveitamento de Vales Úmidos do Espírito Santo (pequenos vales);
- . Subsídios para a Elaboração de Programa de Aproveitamento racional de várzeas irrigáveis para o Estado do Espírito Santo (KFW);
- . Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS (Programa Nacional);
- . Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - PROHORT;
- . Programa de Expansão da Cultura de Pimenta-do-reino, 1981/90;
- . Projeto de Apoio Financeiro ao FERU (Fundo de Engenharia Rural);
- . Programa de Assistência Rodoviária às Zonas Produtoras;
- . Programa de Expansão da Cultura da Banana;
- . Programação Agrícola do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região Noroeste do Espírito Santo;
- . Programa de Exposições Agropecuárias;
- . Programação Agrícola do Plano de Desenvolvimento da Região da Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce;
- . Projeto *Previsão de Safras*;
- . Proposição ao Banco Central do Brasil, para reatização do PROPEC;
- . Proposta de Orçamento da SEAG;
- . Relatório de Atividades da SEAG.

ÁREA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Seu objetivo é acompanhar, analisar e propor soluções sobre o processo de produção, comercialização e abastecimento das principais atividades agrícolas do Estado.

Esta área contemplará:

- . Acompanhamento sistemático e análise conjuntural dos segmentos de produção, comercialização e abastecimento das seguintes atividades: mi

- lho, feijão, arroz, mandioca, batata, tomate, alho, cebola, bovinos de corte, bovinos de leite, aves e suínos, (Informe Sistemático);
- . Acompanhamento e divulgação mensal dos aspectos conjunturais e estruturais dos produtos citados acima e mais abacaxi, banana e pimenta-do-reino (Conjuntura Agrícola);
 - . Desempenho Anual da Pecuária Bovina Leiteira do Espírito Santo;
 - . Acompanhamento trimestral da recepção, preços, consumo, industrialização, importação e exportação de leite, através das associações cooperativas e não cooperativistas do Espírito Santo. (Conjuntura Leiteira);
 - . Análise trimestral dos custos de produção de várias atividades agrícolas em diferentes níveis de tecnologia (Custos de Produção - Lavouras);
 - . Análise trimestral de custos de produção de suínos, aves, ovos, leite e carne bovina (Custos de Produção - Pecuária);
 - . Desempenho Anual do Setor Agrícola do Espírito Santo.

ÁREA DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA

Responsável pela produção, organização e elaboração de informações, a qual abrange o seguinte:

- . Pesquisa e divulgação diária de preços no mercado atacadista de hortigranjeiros, cereais, carnes e laticínios, aves, ovos e rações, pescados e peixes (Boletim Diário);
- . Pesquisa semanal de preços praticados no varejo, de produtos de origem agrícola e de outros produtos de transformação industrial;
- . Pesquisa mensal de preços de insumos, máquinas e equipamentos utilizados na agricultura;
- . Acompanhamento mensal de preços a nível de produtor, atacado e varejo, de produtos agrícolas e não agrícolas e de preços de insumos, máquinas e equipamentos utilizados na agricultura. (Informativo de Preços);

- . Biblioteca;
- . Organização e atualização do Banco de Dados por produto, município, legislação e outras;
- . Dados estatísticos sobre Mandioca; Café; Cacau; Cana-de-açúcar; Banana; Abacaxi e Pimenta-do-reino. (Estatísticas Agropecuárias).

SEAG - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

A Secretaria de Estado da Agricultura tem como âmbito de ação o planejamento setorial das atividades substantivas de responsabilidade da Pasta; a assistência técnica e a prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária estadual; a execução de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária e de seus índices de produtividade; a promoção e articulação das medidas de abastecimento e criação de facilidades concernentes aos insumos básicos para a agricultura estadual; a participação na formulação da política creditícia de fontes e instituições estaduais destinadas à agropecuária; a aplicação e fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a direção da política florestal do Estado; o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Pasta; a concepção e o controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas de melhorias das condições de vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo.

Destacam-se entre as Empresas vinculadas a Secretaria, a CERMAG - Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola que, sob sua responsabilidade, possibilitou a incorporação de novas áreas agricultáveis ao processo produtivo do Estado, através do Programa de Recuperação de Pequenos Vales Úmidos - PROVALES - e melhorias das condições de habitação para o trabalhador rural, nos municípios mais atingidos pelas enchentes em regiões produtoras, por intermédio do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais - PRODECOR.

A EMESPE - Empresa Espírito-Santense de Pecuária tem suas atividades ligadas ao atendimento aos pecuaristas, inseridas em três programas maiores: Defesa e Vigilância Zoossanitária, Produção Animal e Promoção Animal. A primeira delas, voltada a aftosa, brucelose, raiva dos herbívoros, peste suína, anemia infecciosa equina, doenças das aves e doenças carenciais e parasitárias.

A EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo assiste as atividades agropecuárias nas ações de saúde, nutrição e atividades de extensão pesqueira. Ela prestou assistência técnica nas culturas de milho, arroz, feijão, mandioca, pimenta-do-reino, heveicultura, batata inglesa, tomate, alho, abacaxi, banana, citros, melão, oleicultura, fruticultura, cana-de-açúcar, pecuária de corte e leite, avicultura, suinocultura, nas atividades de saúde, nutrição, extensão pesqueira, cooperativismo e capacitação de mão-de-obra rural.

A EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária tem como objetivo básico a execução de trabalhos de pesquisa visando a geração de tecnologias adequadas às explorações agropecuárias do Espírito Santo. A Empresa realiza trabalhos de pesquisa com abacaxi, arroz, banana, batata, bovinos, climatologia, entomologia, feijão, fitopatologia, diversas, mandioca, milho, seringueira e suínos.

O INSTITUTO CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola) desenvolve programas, projetos, estudos e outros trabalhos técnicos, objetivando o planejamento, a orientação e o apoio à execução das atividades junto ao setor agrícola e do abastecimento estadual. Na área de estudos encontram-se trabalhos da previsão de safras agrícolas, evolução do custo de alimentação, demanda de calcário, estimativa de consumo de combustível na agropecuária, pesquisa sobre abastecimento.

SEBS - SECRETARIA DE ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

A Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social tem como âmbito de ação o planejamento setorial das atividades substantivas de responsabilidade da Pasta; a defesa e manutenção do patrimônio histórico-artístico-cultural; a promoção e difusão cultural, principalmente de caráter popular, através de programas próprios e de estímulo, amparo e orientação às atividades dos municípios, comunidades e particulares; a promoção e organização de certames e competições de esporte amador, exposições e feiras; a articulação de recursos públicos e privados para a formação e difusão de bibliotecas, teatros, pinacotecas, grupos experimentais de teatro, salas de concerto, museus e manifestações de cultura popular; a coordenação da prestação de serviços assistenciais, especialmente às famílias de baixo nível de renda, aos desempregados, aos indígenas e aos menores carentes; a supervisão da aplicação de facilidades e de recursos destinados à assistência social no Estado; a ação comunitária visando ao lazer organizado e à melhoria das condições sociais e econômicas da população, através da atuação orientadora e educativa, inclusive o treinamento de mão-de-obra não qualificada; o atendimento a grupos específicos em situação de inadequação social; as atividades relativas à segurança e higiene do trabalho, à coordenação sindical e a outras questões concernentes ao trabalho; a coordenação e o desenvolvimento de programas de habitação popular, o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Pasta.

SEIC - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Com as novas diretrizes organizacionais do Governo do Estado do Espírito Santo, com fulcro na Lei nº 3.043, de 31.12.75, regulamentada pelo Dec. 885-N, de 17.09.76, coube à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC o comando normativo do *Sistema Estadual de Indústria, Comércio e Turismo* como órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, de natureza substantiva, tendo como finalidade básica o planejamento, a fiscalização, a execução e o controle dos programas, projetos e atividades, visando à implantação da política governamental voltada para os setores secundário e terciário da economia do Estado.

Como objetivo global do Sistema, cabe à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC *o desenvolvimento das medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores industrial e comercial e o de serviços de economia estadual* e, mediante a articulação com as instituições nele envolvidas, promover: a concessão de facilidade de crédito e atrativos financeiros à iniciativas locais e de fora, visando inclusive a incentivar a implantação, interiorização e desconcentração das atividades industriais e manufatureiras e o desenvolvimento harmônico do Estado; o estabelecimento de diretrizes; o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico capaz de gerar novos conhecimentos e novos meios de atuação técnica de sentido econômico para o Estado.

Todo o embasamento do *Sistema* sob o comando da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC apóia-se em:

BASE LEGAL

Correspondente à legislação estadual e federal, pertinente à fixação da política e das diretrizes normativas relativas a assuntos da indústria, do comércio e do turismo.

BASE FUNCIONAL

Concernente aos instrumentos de ação operacional, planos, programas, projetos, convênios, ajustes, contratos, etc.

BASE ESTRUTURAL

Representada pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC e suas entidades de Administração Indireta e por outras instituições co-participantes.

No documento que consubstancia as linhas mestras de ação do atual Governo - *Diretrizes para a Ação Integrada* - voltam-se estas para a ação Econômica de *Afirmção*.

Em função desta tática de *Afirmção*, afigura-se como fundamental para nortear a ação do Governo no campo econômico que todas as atitudes dos responsáveis pela Administração estadual, principalmente na área econômica, devam pautar-se pela intenção deliberada de consolidar o Espírito Santo como pólo alternativo de desenvolvimento da região Sudeste do Brasil na certeza de ser este o momento em que o Estado poderá *afirmar-se* no contexto nacional.

Dentro da realidade econômica do Estado, foram identificadas várias medidas a serem supridas pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, objetivando melhor desempenho das tarefas que lhe estão reservadas no processo de desenvolvimento estadual.

Para tanto, foi elaborado o *Plano de Trabalho Setorial/81* da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, no qual se insere um conjunto de providências caracterizadas de acordo com as necessidades mais prementes que deverão ser desenvolvidas no quadriênio 79/83 em busca dos propósitos estabelecidos e em consonância com as diretrizes plurianuais:

- . Apoiar a pequena e a média empresa;
- . Valorizar o empresariado local;

- . Atrair oportunidades de investimentos induzidas pelos grandes projetos;
- . Elaborar uma política regionalizada de localização industrial;
- . Promover a industrialização das mercadorias em trânsito pelo território estadual;
- . Mobilizar recursos para viabilizar os setores industrial e comercial;
- . Identificar o potencial do Estado para transformação de minerais energéticos;
- . Apoiar pequenos e micro-empresendimentos;
- . Promover a agroindústria, com aproveitamento das matérias-primas locais;
- . Promover a industrialização de bens de consumo não duráveis;
- . Fortalecer o empresariado estadual;
- . Promover a expansão e a dinamização do turismo;
- . Garantir a adequada localização da indústria no Estado;
- . Zelar pela preservação do meio ambiente; e
- . Integrar o processo de industrialização no aparelho produtivo estadual.

Entre a multiplicidade de ação no campo operacional da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC foi traçado o seu Plano de Trabalho para 1981, direcionando sua programação, num trabalho de continuidade de cujos objetivos fins podem ser sintetizados em:

- . Assistência à classe empresarial; e
- . Atração de investidores.

Para atingir tais objetivos, foram selecionados programas, que serão executados no corrente exercício visando à consecução dos fins colimados e traçados neste documento.

Para atender à linha de ação definida, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC no exercício de 1980, viu-se ante a imperiosa necessidade de montar um sistemograma, operando com uma *estrutura informal* adequada a nossa realidade e atendendo aos interesses da Administração (vide organograma informal em anexo) e, ainda, atendendo às recomendações emanadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio - MIC, que considera vital a integração das iniciativas do Governo Federal e as do Estado, para um desenvolvimento harmônico nos setores da Indústria e do Comércio, bem como a prestação de assistência mútua para a implementação de programas e projetos, de acordo com os termos do Convênio firmado com o Ministério da Indústria e do Comércio - MIC que instituiu o *Sistema Nacional dos Órgãos Governamentais da Indústria e do Comércio - SISNIC*, que conta com um Conselho - CONSIC, composto pelos Secretários de todos os Estados e com apoio de uma Comissão Técnica - COTIC, integrada por Subsecretários das Secretarias dos Estados da Indústria e do Comércio.

Com o advento do citado Convênio e em decorrência de AJUSTES e Termos Aditivos ao Convênio de origem, as atividades até então exercidas pelas Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio - DEIC's serão transferidas às Secretarias dos Estados da Indústria e do Comércio, reservando-se à União a autoridade normativa, procedendo-se, assim, a uma descentralização harmônica consubstanciada paulatinamente através de uma interação recíproca.

No Espírito Santo, em setembro de 1980, a Delegacia Estadual da Indústria e do Comércio - DEIC-ES passou a operar junto a esta Pasta.

Em face do exposto e de acordo com a estrutura organizacional informal vigente, os setores técnicos vêm atuando em caráter experimental, com atribuições distintas, mas em perfeita integração e consonância, agrupados em quatro áreas:

- . Área de estudos e pesquisas;
- . Área de informações técnicas;
- . Área de ação operacional do MIC;
- . Área de promoção e divulgação.

SUDHEVEA - SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA

OBJETIVO:

Normatização do mercado brasileiro de borracha e desenvolvimento de planos e programas de borracha com a finalidade de atender a demanda nacional.

A SUDHEVEA vem coordenando todas as ações necessárias ao incentivo da produção de borracha natural no País, que estão sendo operacionalizadas principalmente através de dois instrumentos básicos:

- . PROBOR I - atingiu 18.000 ha
- . PROBOR II - atingiu 120.000 ha, onde entrou Espírito Santo e São Paulo.

Estes dois programas já estão terminados estando previsto para janeiro/82 o início do PROBOR III, cuja meta nacional é de 250.000ha, até 1985.

PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

Ações no âmbito da EMBRAPA

O Programa Nacional de Pesquisa de Seringueira, executado pelo Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira - CNPSe, contou com recursos da ordem de Cr\$ 65 milhões repassados pela SUDHEVEA.

Dispondo de uma equipe de 45 pesquisadores distribuídos em Unidades de Pesquisa existentes nos Estados relacionados no Quadro, o CNPSe coordenou 138 experimentos de um total de 240 inicialmente previstos. As informações referentes à previsão e nível de execução do programa de pesquisa no ano de 1980, encontram-se resumidas no Quadro.

De modo geral, as expectativas da SUDHEVEA quanto ao desenvolvimento de pesquisas direcionadas no sentido de solucionar questões surgidas com a implantação do PROBOR, não foram totalmente atingidas. Destaca-se como

principais fatores determinantes desta situação, o funcionamento parcial de alguns setores de apoio à pesquisa, bem como o ajustamento gradual da equipe técnica a aspectos peculiares do processo de produção de borracha natural, principalmente na Região Amazônica.

PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO EM HEVEICULTURA - POSIÇÃO E EXECUÇÃO DE METAS POR UNIDADE FEDERADA - 1980/81

UNIDADE FEDERADA	EXPERIMENTO (Nº)				PUBLICAÇÕES (2)
	PREVISTOS	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDO	OUTROS NÃO INICIADOS E CANC.	
Acre	15	04	01	10	04
Amazonas	99	58	05	36	12
Bahia	41	25	01	15	04
Espírito Santo	09	06	-	03	02
Pará	67	39	10	18	04
Rondônia	09	06	01	02	01

(1) Situação de agosto de 1980

(2) Publicações do biênio 1979/80

Fonte: SUDHEVEA

Pesquisa a nível de Estado:

- . Fertilização em viveiro;
- . Flutuação de população de mandarovã e determinação de predadores de mandarovã;
- . Competição de clones.

IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

OBJETIVOS:

- Plantio e formação de lavouras de café tecnicamente orientada objetivando a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade.
- Promover em níveis econômicos o aumento da produtividade das lavouras de café, pela utilização de práticas racionais de adubação, calagem e controle químico das principais pragas e doenças.
- Melhorar a qualidade do produto através de práticas adequadas de colheita e preparo do café como o apoio de uma infra-estrutura viável para as condições do Estado.

PESQUISAS.

Relação dos Ensaio e Campos de Observação (em andamento e Programados para 1980/81).

ESPECIFICAÇÃO	ENSAIO	CAMPO DE OBSERVAÇÃO
◦ Melhoramento Genético	41	83
◦ Pragas do Cafeeiro	40	-
◦ Doenças e seu Controle	27	-
◦ Nutrição Mineral e Cafeeiro	22	-
◦ Práticas Culturais	17	-

OBJETIVOS DOS EXPERIMENTOS

MELHORAMENTO GENÉTICO

Seleção de linhagens resistentes à ferrugem do cafeeiro; seleção de linhagens *arábicas* e *robustas*, competição entre linhagens de diversos cultivares de *Coffea arábica* e de *Coffea canephora*, competição de progênies de conillon selecionadas em lavouras do norte do E. Santo.

PRAGAS DO CAFEIEIRO:

Os ensaios visam de preferência o bicho mineiro, broca do café e ácaro vermelho, procurando fornecer dados sobre competição de inseticidas, inimigos naturais, número e intervalo de aplicações, época de aplicação e evolução das pragas. No caso de nematóides, os ensaios visam a seleção de linhagens resistentes de café.

DOENÇAS E SEU CONTROLE:

Comparação de diversas formulações de BAYLETON no controle de ferrugem; uso de fungicidas sistêmicos; estudo do controle da ferrugem; estudo do controle da ferrugem em café conillon; estudo de fungicidas no controle da *phoma*; estudo da resistência da ferrugem a fungicidas sistêmicos.

NUTRIÇÃO MINERAL DO CAFEIEIRO:

Estudo do parcelamento de adubação nitrogenada no cafeeiro; efeito de dose de cálcio e magnésio na produtividade do conillon; estudo de causas de queda de frutos.

PRÁTICAS CULTURAIS:

Estudos sobre métodos de conservação de solos em áreas montanhosas, uso de herbicidas em cafezais, podas e quebra-ventos.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC

OBJETIVO

- . Promover o aperfeiçoamento econômico social da lavoura cacauêira
- . Definir e criar novos polos de produção de cacau no país
- . Incentivar a introdução e desenvolvimento de alternativas agroindustriais nas tradicionais regiões produtoras de cacau
- . Participar do fortalecimento da infra-estrutura das regiões produtoras de cacau.

PESQUISA

No decorrer de 1979 estiveram em execução 116 subprojetos de pesquisa, dentro do subprograma cacau, na Bahia e Espírito Santo, em diferentes áreas de pesquisa. Desse total, 36 subprojetos foram iniciados nesse ano, conforme quadro a seguir.

SUBPROJETOS DE PESQUISA EXECUTADOS NA BAHIA E ESPÍRITO SANTO, 1979

ÁREA DE PESQUISA	SUBPROJETO EXECUTADOS	
	TOTAL	INICIADO EM 1979
. Área de Agronomia (Fitotécnia)	14	9
. Área de Bioengenharia	12	7
. Área de Climatologia	1	-
. Área de Fitopatologia	5	2
. Área de Fitologia (Botânica)	14	4
. Área de Genética	15	-
. Área de Geociências	17	4
. Área de Socieconomia	18	7
. Área de Zoologia	16	3
. Área de Matemática e Estatística	4	-
TOTAL	116	36

A ação da Estação Experimental Fologônio Peixoto (ESFIP) Linhares - ES em 1980 voltou-se para a continuidade e/ou implantação de 15 subprojetos de pesquisa e 04 atividades, conforme mostra o quadro.

Projetos de Pesquisas em execução na ESFIP - 1980

PROJETOS DE PESQUISAS EM EXECUÇÃO NA ESFIP - 1980

DIVISÃO	PROJETOS EM EXECUÇÃO	ATIVIDADES EM EXECUÇÃO
DIVAP	03	02
DIGEN	06	-
DIGEO	03	-
DIZOL	02	-
DIBOT	01	02
SECLI	-	02
TOTAL	15	04

O quadro a seguir evidêcia a distribuição da área da ESFIP no mesmo período:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	ÁREA
01	Área experimental	59,2
02	Área comercial	33,3
03	Reserva biológica	05,0
04	Disponível p/diversificação	05,0
05	Cacaueiros decadente e capoeiras	22,0
06	Destinada ao arboreto	09,0
07	Instalação e paisagismo	09,5
TOTAL		143,0

IAA - INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

OBJETIVOS

Coordena toda a agroindustria nacional, proporciona base de pesquisa, desenvolvimento e prestação de serviços ao produtor, nas áreas do açúcar e do álcool. Para tanto, oferece todas as condições ao seu Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar. PLANALSUCAR, para procura de melhor produtividade, através de trabalhos no melhoramento de variedades e de sistemas modernos de produção agrícola e industrial.

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

À estrutura da SESA integra a do Poder Executivo Estadual e tem o seu raio de ação definido no Artigo 34 da Lei 3043, de 31 de dezembro de 1975.

Compete-lhe, como componente do Sistema Nacional de Saúde, formular a política estadual de saúde, coordenar e executar as atividades que visem à promoção, prevenção e proteção da saúde.

A estrutura da Secretaria de Estado da Saúde se assenta, basicamente, em três Departamentos distintos e uma Coordenação Geral de Convênios mantidos permanentemente com o Ministério da Saúde. São eles: Departamento de Ações Básicas, Departamento de Ações Complementares e Departamento de Ações Ambientais.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES BÁSICAS

Ao Departamento de Ações Básicas, que é o mais importante Departamento da Secretaria, está confiada uma considerável parcela de encargos - inclusive a execução de todos os Programas Especiais (Tuberculose, Câncer, Hanseníase, Materno-Infantil, etc.) - dentre os quais são destacados os seguintes: coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução disseminadas por todos os municípios.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMPLEMENTARES

Compete ao Departamento de Ações Complementares a fixação de normas de controle do exercício das profissões, ocupações técnicas; a produção e o comércio de medicamentos, drogas, produtos biológicos e de higiene e mais uma gama de serviços que disciplinam o exercício de atividades correlatas.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES AMBIENTAIS

O Departamento de Ações Ambientais tem um papel de grande relevância no contexto de atividades da Secretaria de Estado da Saúde, visto que, dentre outras, merecem destaque as seguintes: fixação de normas técnicas

para as atividades de saneamento, a fiscalização, o estudo e pesquisas sobre os problemas relacionados com o meio ambiente.

As atividades normais do Departamento de Ações Ambientais vieram se juntar os encargos egressos da extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente, cujos serviços foram acoplados ao Departamento, tão logo as medidas de ordem governamental fizeram cessar as atividades da FAMA.

UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A partir de 1966, quando foi implantada, a nível nacional, a Reforma das Unidades Brasileiras, a UFES reformulou sua estrutura tanto física, com a implantação do Campus Universitário Dr. Alaor de Queiróz Araújo, quanto acadêmica, com a implantação dos Centros e seus respectivos Departamentos e do Sistema de Créditos.

A UFES possui ainda os Campi de Maruípe, e Alegre (Centro Agropecuário) e o Campus Avançado de Parnaíba (Piauí).

OBJETIVOS:

A Universidade Federal do Espírito Santo, alicerçada no trinômio ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivos:

- 1) Ministrando, aprimorar e desenvolver o ensino superior, visando à formação de profissionais universitários;
- 2) Promover, executar e estimular a pesquisa científica;
- 3) Estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino e os resultados da pesquisa.

Compõe-se, atualmente, de 8 (oito) Centros ou Unidades Universitárias (Decreto nº 63.577/68):

- a) Centro de Estudos Gerais;
- b) Centro de Artes;
- c) Centro Tecnológico;
- d) Centro Agropecuário;
- e) Centro Biomédico;
- f) Centro de Educação Física e Desportos;
- g) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas;

h) Centro Pedagógico

Os Centros são as Unidades de ensino, pesquisa e extensão nos seus respectivos campos de conhecimento (Regimento Geral da UFES). A Administração de cada Centro é exercida por um Diretor e um Vice-Diretor, com mandato de 4 anos, um Conselho Departamental, os Departamentos e uma Secretaria, com suas seções.

Na base da estrutura acadêmica estão os Departamentos, unidades menores em que se subdividem os Centros Universitários. O Departamento é a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal do centro.

5.

CONCLUSÕES

O programa de trabalho executado no período de maio a dezembro do corrente ano, reconhece-se, chegou apenas ao nível do satisfatório, uma vez que são pouco quantificáveis seus resultados. Entretanto, o importante salientar que, pelo pouco que se fez, serviu para mostrar amplamente a necessidade de, no ano de 1982, estreitar a interação entre órgãos, conhecer melhor formas de participação cabíveis a cada órgão, num verdadeiro esforço sinérgico, a elaboração de um diagnóstico sobre instituições, estudos e pesquisas em andamento, bem como recursos humanos e financeiros mobilizados em Ciência e Tecnologia.

Cabe um esforço no sentido de poupar a infra-estrutura necessária à elaboração e execução de um Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, a implantação de uma legislação adequada a implementação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e, principalmente, integrar a comunidade, a universidade e o sistema produtivo em torno das metas padronizadas para o desenvolvimento do Espírito Santo.

